

2 — Podem concorrer os cidadãos que satisfaçam as condições de admissão e que se comprometam a servir na Marinha por um período mínimo de 2 anos após a data do final do curso de Formação de Praças.

3 — Os documentos para admissão ao concurso deverão dar entrada no Centro de Recrutamento da Armada, Repartição de Recrutamento e Selecção, Instalações Navais de Alcântara, Praça da Armada, 1350-027 Lisboa, até às 16.30 horas do dia 21 de Agosto de 2009 (incorporação a 10 de Novembro de 2009).

4 — Para além das condições gerais constantes nas Normas do Concurso, os candidatos devem satisfazer as seguintes condições:

1) Idade mínima de 18 e máxima de 24 anos até 31 de Dezembro de 2009;

2) Estar habilitado, no mínimo, com o 2.º ciclo completo do Ensino Básico, ou habilitação legalmente equivalente.

4 — Nos termos da legislação em vigor o Regime de Contrato tem a duração mínima de dois e máxima de seis anos.

5 — As normas contendo as condições de admissão e outras informações podem ser obtidas nos seguintes locais:

Centro de Recrutamento da Armada — Instalações Navais de Alcântara — Praça da Armada, 1350-027 Lisboa, Telefone: 213945469; Fax: 213945566;

Número Verde: 800 20 46 35 (chamada grátis a partir da rede fixa);

Homepage: www.marinha.pt;

E-mail: cra@marinha.pt;

Gabinete de Divulgação e Informação da Marinha, Praça do Comércio, 1100-048 Lisboa, telefone 213429408;

Capitanias e Delegações Marítimas;

Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

7 de Julho de 2009. — O Chefe da Repartição, *António Gil Parente de Carvalho*, capitão-de-mar-e-guerra.

202018069

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Civil

Aviso (extracto) n.º 12449/2009

Cessação por mútuo acordo do contrato administrativo de provimento, celebrado entre o Exército/IAEM e o professor catedrático Jorge Manuel Moura Loureiro Miranda, com efeitos reportados a 31 de Dezembro de 2008. (Isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Maio de 2009. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Carlos Manuel Mira Martins*, TCOR TM.

202021632

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Protecção Civil

Despacho n.º 16131/2009

Considerando que, através do despacho, do Ministro da Administração Interna, n.º 32 415/2008, de 4 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245, de 19 de Dezembro de 2008, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os devidos efeitos, foram delegadas, com faculdade de subdelegação, no Secretário de Estado da Protecção Civil, as competências para aprovar a minuta e outorgar em nome do Estado Português o contrato de arrendamento do imóvel sito na Rua de Martens Ferrão, 11, em Lisboa, com a ESTAMO — Participações Imobiliárias, S. A., pelo valor anual de € 529 200, pago em duodécimos de € 44 100 e com as actualizações anuais resultantes da aplicação das regras previstas no artigo 1077.º do Código Civil, em função do coeficiente legal das rendas não habitacionais.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, n.º 3, e 9.º, n.º 1, da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 92/2009, de 16 de Abril, no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no despacho, do Ministro da Administração Interna,

n.º 32 415/2008, de 4 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245, de 19 de Dezembro de 2008, subdelego no director-geral da Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos (DGIE), engenheiro José Manuel Valadas Revez, as competências para aprovar a minuta e outorgar em nome do Estado Português o contrato de arrendamento do imóvel sito na Rua de Martens Ferrão, 11, em Lisboa, com a ESTAMO — Participações Imobiliárias, S. A., pelo valor anual de € 529 200, pago em duodécimos mensais, actualizado anualmente, de acordo com as regras previstas no artigo 1077.º do Código Civil, em função do coeficiente legal das rendas não habitacionais.

16 de Junho de 2009. — O Secretário de Estado da Protecção Civil, *José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros*.

202022734

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho n.º 16132/2009

1 — Em virtude de o Comandante Operacional Distrital, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora, Augusto Jorge Chaves Rodrigues, se encontrar impedido de desempenhar essas funções por período expectável de 4 meses, nomeio, sob proposta do Comandante Operacional Nacional, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, em sua substituição, Comandante Operacional Distrital de Évora, o Licenciado José Maria Lopes Ribeiro, que vem desempenhando as funções de 2.º Comandante Operacional Distrital de Évora.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua assinatura.

26 de Junho de 2009. — O Presidente, *Arnaldo Cruz*.

202019884

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Despacho n.º 16133/2009

Aprovação do equipamento cinemómetro de perseguição marca Petards, modelo Provida 2000 DVR, para controlo de velocidade — Considerando que a aprovação do uso de equipamentos de controlo e fiscalização do trânsito, é uma competência da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, conforme resulta do estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 77/2007, de 29 de Março, conjugado com o disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 340/2007, de 30 de Março;

Considerando que o Instituto Português da Qualidade (IPQ) aprovou, por despacho de aprovação de modelo n.º 111.25.08.3.17, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, em 14 de Janeiro de 2009, o cinemómetro de perseguição marca *Petards*, modelo Provida 2000 DVR, destinado ao controlo de velocidade;

Considerando ainda que, após análise do equipamento, o mesmo está apto para ser utilizado na fiscalização do trânsito;

Assim, ao abrigo e, nos termos conjugados do disposto alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 77/2007, de 29 de Março e na alínea q) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 340/2007, de 30 de Março, aprovo, para utilização na fiscalização do trânsito, o equipamento cinemómetro de perseguição marca *Petards*, modelo Provida 2000 DVR, aprovado pelo IPQ através do Despacho n.º 1649/2009.

2 de Julho de 2009. — O Presidente, *Paulo Nuno Rodrigues Marques Augusto*.

202019421

Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos

Despacho n.º 16134/2009

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, após procedimento concursal e pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Director de Serviços de Investimento e Programação da Direcção-geral de Infra-estruturas e Equipamentos, a licenciada Ana Teresa Álvaro Corregedor Ferreira dos Santos.

A escolha, efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da legislação supramencionada, recaiu na licenciada Ana Teresa Álvaro Corregedor

Ferreira dos Santos pelos fundamentos constantes do procedimento e considerando a larga experiência no desempenho de cargos de direcção intermédia e no exercício de funções na área funcional posta a concurso, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

A nomeação produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2009.

30 de Junho de 2009. — O Director-Geral, *José Manuel Valadas Revez*.

Síntese curricular

Nome: Ana Teresa Álvaro Corregedor Ferreira dos Santos

Naturalidade: Lisboa

Data de Nascimento: 28/10/1964

Habilitações académicas: Licenciatura em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa., em 1989; Pós graduação em Especialização em Estudos Europeus, pelo ISEG, organizado pelo Centro de Estudos e Documentação Europeia.

Experiência profissional: Entre Agosto de 1990 e Fevereiro de 1997, funções técnicas no Departamento Central de Planeamento, Direcção de Serviços de Investimento no Sector Público Administrativo, na preparação e regionalização do PIDDAC, no acompanhamento da execução do mesmo. Colaborou na elaboração das GOP através da disponibilização de contributos nas áreas atribuídas. Colaborou na realização do relatório da adicionalidade relativo ao QCA II, nomeadamente o estudo e desenvolvimento do sistema de informação necessário ao exercício da adicionalidade, e definição da metodologia para tratamento da informação incluída em PIDDAC, bem como na selecção dos programas e no apuramento de despesas elegíveis em PIDDAC a contemplar na verificação do princípio da adicionalidade.

Entre Fevereiro de 1997 e Março de 2006 nomeada Chefe de Divisão de Grandes Projectos, da mesma Direcção de Serviços. Coordenou a elaboração, regionalização e execução do PIDDAC. Colaborou na elaboração dos relatórios *on going* e *ex post* da adicionalidade, no âmbito do QCA II. Coordenou o projecto de análise sistematizada do sistema de informação sobre investimento público, SIPIIDDAC. Participou no grupo de trabalho relativo à nova lei de enquadramento orçamental.

Colaborou nos trabalhos preliminares de preparação do PIDDAC de acordo com a Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, no que respeita à orçamentação por programas.

Coordenou a elaboração do documento relativo ao painel de indicadores para o PIDDAC e o estudo sobre a análise de convergência de prioridades estratégicas no QREN e no PIDDAC.

Entre Abril de 2006 e Abril de 2007 nomeada em regime de substituição Directora de Serviços da Direcção de Serviços de Investimento no Sector Público Administrativo, do Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Entre Maio de 2007 e Abril de 2008, nomeada em regime de substituição Directora de Serviços de Planeamento e Gestão Estratégica no Departamento de Prospectiva, Planeamento e Relações Internacionais. Coordenou a implementação da aplicação do sistema de avaliação de desempenho dos serviços (SIADAP 1) no MAOTDR.

Entre Abril de 2008 e Junho de 2008, assessora principal da Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão Estratégica.

Em Julho de 2008 foi nomeada Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão Financeira do IPJ.

Formação profissional mais relevante: O novo SIADAP- avaliação de Desempenho, INA, 16 horas, Janeiro de 2008, A avaliação dos serviços no SIADAP: construção dos QUAR através do BSC, INA, 15 horas, Fevereiro de 2008, "Became a Professional Evaluation Manager", Centre Européen d'expertise er d'évaluation, Fevereiro de 2008; Gestão estratégica, INA, 58 horas, Abril a Junho 2007; Gestão e Controlo dos Dinheiros Públicos, INA, 14 horas, Maio de 2006; Seminário sobre Finanças Públicas, INA, 12 horas, Abril de 2001.

202018936

Despacho n.º 16135/2009

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em

comissão de serviço, após procedimento concursal e pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão de Contratação Pública da Direcção-geral de Infra-estruturas e Equipamentos, o licenciado José Manuel de Jesus Ferreira.

A escolha, efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da legislação supramencionada, recaiu no licenciado José Manuel de Jesus Ferreira pelos fundamentos constantes do procedimento e considerando os bons conhecimentos demonstrados e a experiência profissional adequada ao exercício do cargo a prover, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

A nomeação produz efeitos a partir de 15 de Julho de 2009.

7 de Julho de 2009. — O Director-Geral, *José Manuel Valadas Revez*.

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome: José Manuel de Jesus Ferreira

Data de nascimento: 2 de Novembro de 1958

Nacionalidade: Portuguesa

Naturalidade: Angola

Formação académica e profissional:

Licenciado em Gestão e Administração Pública, com especialização em Planeamento e Controlo de Gestão pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
Pós-graduação em Gestão e Administração Pública

Formação complementar:

Contabilidade Pública

Gestão de Stocks e do Património

Regime Jurídico das Despesas Públicas em Aquisições de Bens e Serviços

Experiência profissional:

Desde 2008 (Agosto) — coordenador do Núcleo de Auditoria Interna (NAI) do Departamento de Gestão Financeira (DGF/PSP).

2002 a 2008 — técnico superior do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial da PSP.

De 1985 a 2002 — integra o Quadro Policial da PSP, como Agente (de 1985 a 1991), Subchefe (de 1992 a 1995), Subchefe Principal (1996 a 1998) e Chefe (Adjunto de Comando, de 1998 a 2002).

Outras actividades

2006 — formador de Contabilidade e Contratação Pública, na Polícia de Segurança Pública.

2008 — formador do Instituto Nacional de Administração (INA), nas áreas da Contabilidade e Contratação Pública.

2008 — orador várias palestras e seminários para quadros superiores e universitários, sobre o Código dos Contratos Públicos, nomeadamente, no Instituto Superior de Gestão e na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (módulo de contratação pública, para o curso de Alta Direcção em Administração Pública — CADAP).

202018433

Polícia de Segurança Pública

Direcção Nacional

Gabinete de Deontologia e Disciplina

Listagem (extracto) n.º 242/2009

Por despacho do Ministro da Administração Interna de 24 de Abril de 2009, foram concedidas, ao abrigo das disposições do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, as medalhas abaixo indicadas ao seguinte pessoal da Polícia de Segurança Pública:

Relação do pessoal condecorado com as medalhas de assiduidade e de comportamento exemplar, relativamente ao 4.º trimestre de 2008

Número	Data em que adquiriu direito	Medalha	Grau	Posto	MAT	Nome	CMD
1	06-10-2008	Assiduidade	1 estrela	Agente	147041	Eduardo Sérgio Amaral Afonso Rodrigues	AVR
2	06-10-2008	Assiduidade	1 estrela	Agente	147200	Almerinda Maria Correia Rodrigues	AVR
3	06-10-2008	Assiduidade	1 estrela	Agente	147243	Pedro Filipe Silva Costa	AVR